

MOVIMENTO SINDICAL E PARTIDÁRIO

Erlando da Silva Rêses¹

“Mas quem é o Sindicato? Ele fica sentado em sua casa com telefone? Seus pensamentos são secretos, suas decisões desconhecidas? Quem é ele? Você, eu, vocês, nós todos. Ele veste a sua roupa, companheiro, e pensa com sua cabeça. Onde moro é a casa dele e quando você é atacado, ele luta. Mostre-nos que caminho devemos seguir e, nós seguiremos com você. Mas não siga sem nós o caminho correto. Ele é sem nós o mais errado. Não se afaste de nós. Podemos errar e você ter razão, portanto não se afaste de nós! Que o caminho curto é melhor que o longo, ninguém nega, mas quando alguém o conhece e não é capaz de mostrá-lo a nós, de que nos serve sua sabedoria? Seja sábio conosco, não se afaste de nós!”

Bertold Brecht

O que significa a organização dos trabalhadores em sindicatos? O sindicato, por um lado, é a expressão de organização e luta de trabalhadores, de defesa e conquista de direitos, portanto, criado para compensar a fraqueza do trabalhador atomizado na sua relação contratual com o capital (Cattani, 2002); e, por outro lado, é a manifestação política de uma categoria que se associa às lutas de outros trabalhadores, objetivando tratar das questões de trabalho e de ação sindical como dimensão política mais geral. Estas organizações constituem, na análise marxista, elementos da superestrutura articuladoras dos interesses de classe; portanto, é uma estrutura político-ideológica portadora de uma determinada concepção política, o que faz com que ela possa se tornar, inclusive, um aparelho do Estado (Althusser, 1974).

Os sindicatos podem se organizar por ramo, por categoria e por empresa e a estrutura sindical pode fundamentar-se no sindicato único ou no pluralismo sindical. Eles podem ainda desenvolver-se num contexto de liberdade de organização, mas também em situações tuteladas pelo poder político, tal como ocorreu no Brasil antes de 1988 e em Portugal no regime

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília, Professor Adjunto da Faculdade de Educação da UnB e membro da coordenação colegiada e professor do Curso de Especialização em Diversidade e Cidadania, com ênfase em Educação de Jovens e Adultos (EJA).

salazarista². Nesta situação, “os sindicatos adotaram funções de enquadramento e de subordinação das reivindicações dos trabalhadores aos interesses definidos pelo regime político” (Cattani, 2002: 288-289). Portanto, sindicato e profissão se vinculam mutuamente, pois o sindicato agrupa pessoas de uma profissão por meio de uma organização interna para assegurar a defesa e a representação da respectiva profissão.

A contribuição do marxismo não está elaborada num espaço específico do modelo teórico marxista. Ela só pode ser entendida no contexto da análise que Marx e Engels realizam da sociedade capitalista e dos fatores da sua mudança, no século XIX. Decorre daí que a classe operária, como vanguarda, teria um papel central na transformação política. Foi relevante na análise marxiana clássica o fato de situar o fenômeno sindical numa sociedade estruturalmente dividida em classes sociais, superar os limites de uma abordagem meramente “comportamentalista” – em sentido psicológico estrito – das suas origens e motivações. Nesse sentido, o trabalho de Engels (1988) sobre a classe trabalhadora inglesa é uma referência.

A perspectiva “revolucionária” leninista apresenta uma clara hierarquização entre o partido e o sindicato, a ação econômica reivindicativa e a ação política autônoma dos trabalhadores. Lênin (1979) retoma na sua totalidade a visão formulada por Marx e Engels acerca dos limites estruturais da luta sindical e econômica. Ele compreende que para os sindicatos contribuírem para o projeto de transformação social por meio das lutas do trabalho eles devem se transformar em “escolas de socialismo”. Para que isso ocorra, devem estar colocados sob a orientação da estratégia política revolucionária do partido. Entendido este como a organização capaz de apreender a totalidade da estrutura dos conflitos sociais e da dinâmica do processo histórico, e de planejar as estratégias e táticas da luta cotidiana dos trabalhadores de modo a explorar os mecanismos desta dinâmica e desta estrutura de conflitos que são favoráveis à vitória destas lutas e à realização da missão histórica do proletariado.

² Referência a António de Oliveira Salazar que implantou um Estado Novo (1933-1974) em Portugal, alegando defender as doutrinas sociais da Igreja Católica, adotou um modelo autoritário, nacionalista e fascista.

Por fim, no interior do marxismo Lênin ressalta que o sindicato é o *locus* onde “*devemos emprender ativamente o trabalho de educação política da classe operária, de desenvolvimento da sua consciência*” (Lênin, 1979:83), por entender que ele “*é uma organização educadora, uma organização que atrai e instrui; uma escola de tipo completamente diferente*” (Lênin, 1979:293).

Na realidade, hoje os sindicatos estão padecendo por conta da impregnação da lógica corporativa e pela acomodação à legislação sindical. Há uma ausência de sentimento de categoria socioprofissional e de classe trabalhadora que se alia à baixa capacidade de mobilização dos sindicatos.

Apesar da crise, não se trata de dizer que o sindicalismo perdeu o seu papel ou se tornou uma instituição *démodé*, do passado, e que está destinado a se extinguir, como interpretou Leôncio Martins Rodrigues, em sua obra “Destino do Sindicalismo” (2002). Os sindicatos representam um elemento de organização dos trabalhadores, em uma situação de desorganização social e coletiva, e ainda têm papel essencial a desempenhar: de articulador, mobilizador do diverso e do múltiplo mundo do trabalho.

Dizer que rumamos para uma sociedade do não-trabalho, conforme se interpreta da obra do sociólogo italiano, Domenico De Masi (2001), não se sustenta. O que tem acontecido são deslocamentos no mundo do trabalho e uma intensificação da exploração dos trabalhadores formais. Há uma redução do trabalho, mas também uma intensificação da jornada (Dal Rosso, 2008).

Para os que acreditam que a forma-sindicato está esgotada, que já não consegue dar respostas para as transformações em curso no mundo do trabalho, concordamos com o professor e sociólogo Antonio David Cattani, quando diz que “*o sindicato permanece como um componente essencial na organização da sociedade democrática. A reestruturação econômica não diminuiu sua importância, pelo contrário, aumentou ainda mais. Os sindicatos continuam sendo uma instância indispensável para o aperfeiçoamento das relações de produção, para a defesa dos interesses dos mais desfavorecidos na esfera da produção e para a reconstrução do espírito de solidariedade e de igualdade que anima as iniciativas mais progressistas do ser humano*” (Cattani, 2002).

Neste sentido, a greve tem sido uma das grandes expressões do sindicalismo combativo. Ela deve ser entendida como uma interrupção

provisória do trabalho, que se manifesta pela decisão de um grupo de trabalhadores com o objetivo de almejam o atendimento de suas reivindicações específicas no âmbito da empresa, ou ainda de forma geral, envolvendo interesses da população. Na visão do sociólogo Antonio David Cattani e da Socióloga Lorena Holzman, a greve é uma ação coletiva distinta das ações ou protestos individuais, dos atos de sabotagem ou do absenteísmo, mesmo quando envolvem grupos de trabalhadores. Ela pode ser deflagrada de modo espontâneo ou ser decorrente de estratégias organizadas previamente por sindicatos em seus planos de ação (Cattani & Holzman, 2006).

Existe um esgotamento da greve como estratégia de resistência e reivindicação?

Os autores acima alegam que esta ação coletiva tem duração e desdobramentos imprevisíveis e que, historicamente, “o movimento paredista não evolui de forma linear e cumulativa (...) O recrudescimento das explosões grevistas, abalando o aparente marasmo social e a letargia sindical, surpreende pela sua imprevisibilidade, tal como em maio de 1968” (Cattani & Holzman, 2006. p. 153).

No momento que produzimos este texto sabemos da existência de algumas greves nacionais e internacionais. É o caso da Grécia, que após medidas de austeridade do governo, trabalhadores gregos dos setores público e privado entraram em greve pela manutenção dos direitos trabalhistas.

No mesmo período, registramos também a greve por manutenção de salários dos professores da Universidade de Brasília (UnB), que a deflagraram em 09/03/2010, pela manutenção da URP (Unidade de Referência de Preços), que foi uma conquista dos professores e técnicos-administrativos após perdas salariais com o Plano Verão de 1989.

Também na área da Educação citamos a greve, simultânea as anteriores, dos professores estaduais de SP. Nesta greve os professores reivindicam reajuste salarial imediato de 34,3%; incorporação de todas as gratificações, extensiva aos aposentados; plano de carreira justo; garantia de emprego; concurso público de caráter classificatório; contra a municipalização do ensino, contra qualquer reforma que prejudique a educação, em todos os níveis, dentre outras reivindicações.

Esses exemplos demonstram que a greve tem importância sociológica e também política, não somente no entendimento da ação coletiva enquanto tal, mas também como uma ação que perdura no tempo e no espaço como estratégia de resistência e reivindicação. Historicamente, ela foi utilizada Tanto nos períodos pré-capitalistas como no capitalismo contemporâneo pelas categorias mais organizadas dos trabalhadores e não pelos setores proletarizados mais pobres (Sinay *apud* Cattani & Holzman, 2006).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CATTANI, Antonio David & HOLZMANN (Orgs). **Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia**. 4ª Ed. ver. ampl. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1974.
- LÊNIN, Vladimir Ilich. **Sobre os Sindicatos**. São Paulo: LECH, 1979.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do Sindicalismo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2002.
- DE MASI, Domenico. **O Ócio Criativo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Sextante, 2001.
- DAL ROSSO, Sadi. **Mais Trabalho! A Intensificação do Labor na Sociedade Contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.